



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

JOAQUIM LEITÃO DE CASTRO E SILVA

LAFATE ALMEIDA DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE, TRABALHO e POLÍTICAS PÚBLICAS: Um Olhar sobre o Projeto
Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza-CE.**

Redenção – Ceará

2014

JOAQUIM LEITÃO DE CASTRO E SILVA

LAFATE ALMEIDA DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE, TRABALHO e POLÍTICAS PÚBLICAS: Um Olhar sobre o Projeto
Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza-CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Professora Orientadora: Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Redenção – Ceará

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

O45j Oliveira, Lafaete Almeida de.

Juventude, trabalho e políticas públicas: um olhar sobre o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza-CE. / Lafaete Almeida de Oliveira, Joaquim Leitão de Castro e Silva. Redenção, 2014.

61 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Governamental da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares.

Inclui lista de gráficos, lista de tabelas, lista de abreviaturas e Referências.

1. Juventude 2. Política de trabalho 3. Administração pública. I. Título. II. Silva, Joaquim Leitão de Castro.

CDD 328.81

A todos aqueles que em algum instante cruzaram nossos caminhos, nos expirando a consciência, estimulando a aprendizagem, valorizando a vida e nos impulsionando a colocar o pouco que “sabemos” a serviço do outro.

Agradecemos a Professora Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares, pela dedicação em nossa orientação, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), pela oportunidade da oferta do curso de Especialização em Gestão Pública propiciando assim a formação de Gestores Públicos comprometidos com o Desenvolvimento do Estado do Ceará.

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar as políticas públicas de trabalho e juventude para tanto utilizou-se como metodologia a análise documental do Projeto Primeiro Passo desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) no âmbito do município de Fortaleza-Ceará nos anos de 2012 e 2013. O estudo empírico corrobora para o que indica o arcabouço teórico, a exclusão do jovem do mundo do trabalho tem cor, sexo e escolaridade, exigindo assim por parte das autoridades competentes um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas públicas de geração de emprego e renda pensada para a juventude.

Palavras-Chave: Juventude. Trabalho. Políticas Públicas. Projeto Primeiro Passo.

ABSTRACT

The present study aimed to identify the public policies and youth work for both if used as methodology document analysis of the Projeto Primeiro Passo the State Government of Ceará through the Department of Labor and Social Development (STDS) within the city of Fortaleza-Ceará in the years 2012 and 2013. The empirical study indicates that contributes to the theoretical framework, the exclusion of the youth of the world of work has color, sex and education, thus requiring the competent authorities for a different look when formulating public policies-tion generates employment and income designed for youth.

Key Words: Youth. Work. Public Policy. Projeto Primeiro Passo.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-------------------|---|----|
| Gráfico 1: | Público atendido conforme sexo..... | 47 |
| Gráfico 2: | Público atendido conforme cor/raça..... | 48 |
| Gráfico 3: | Público atendido conforme escolaridade | 48 |
| Gráfico 4: | Renda média da família do beneficiário | 49 |
| Gráfico 5: | Participação da família no Programa Bolsa Família (PBF) | 50 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------------|--|----|
| Tabela 1: | Valor Aplicação Global FECOP: Projeto Primeiro Passo (2007-2014) ... | 40 |
| Tabela 2: | Projeto Primeiro Passo: Tipo de Atendimento por linhas de ação | 41 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|--|
| CENTEC | Instituto Centro de Ensino Tecnológico |
| CESP | Célula de Educação Social e Profissional |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CNAP | Cadastro Nacional de Aprendizagem |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CCSM | Centro Comunitário Santa Maria |
| CONJUV | Conselho Nacional de Juventude |
| CF | Constituição Federal |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| EPT | Educação Profissional Tecnológica |
| FCPC | Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura |
| FECOP | Fundo Estadual de Combate a Pobreza |
| IDESQ | Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional |
| IEP | Instituto de Educação Portal |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OIJ | Organização Ibero-Americana de Juventude |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PNJ | Política Nacional de Juventude |
| PPA | Plano Plurianual |
| PNAD | Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar |
| PROJOVEM | Proma Nacional de Inclusão de Jovens |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SENAT | Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte |
| SEPLAG | Secretaria de Planejamento e Gestão |
| SNJ | Secretaria Nacional de Juventude |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SRTE/CE | Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará |
| STDS | Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social |

JOAQUIM LEITÃO DE CASTRO E SILVA

LAFEAETE ALMEIDA DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE, TRABALHO e POLÍTICAS PÚBLICAS: Um Olhar sobre o Projeto
Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Gestão
Pública da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Especialista.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. . Rosalina Semedo de Andrade Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)

Professor Dr. Carlos Mendes Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)

Professora Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela CysneInstituição
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 | REVISÃO DA LITERATURA | 16 |
| 2.1 | Juventude ou Juventudes em busca da identidade..... | 16 |
| 2.2 | Panorama da Política Nacional de juventude: Breve histórico..... | 19 |
| 2.2.1 | Juventude e Políticas Públicas no Brasil | 22 |
| 2.3 | Juventude e os desafios do mundo globalizado..... | 24 |
| 2.4 | Juventude(s) e acesso ao mercado de trabalho | 28 |
| 2.4.1 | Juventude exclusão e acesso ao mercado de trabalho: O caso do Ceará..... | 33 |
| 3 | METODOLOGIA | 37 |
| 4 | CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PRIMEIRO PASSO | 39 |
| 4.1 | Caracterização Institucional | 39 |
| 4.2 | Fundamentação legal | 43 |
| 5 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 46 |
| 5.1 | Perfil do público atendido | 47 |
| 5.2 | A perspectiva do egresso | 51 |
| 6 | CONCLUSÃO | 53 |
| 7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 55 |
| | ANEXO A – FICHA CADASTRAL DO JOVEM | 60 |

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas direcionadas especificamente à juventude têm se tornando um tema constante do debate político nacional na última década, além disso, tem sido implementado diversos programas em todas as esferas de governo, buscando apresentar para este segmento etário da população (15 a 29 anos), respostas satisfatórias as suas angustias e necessidades.

Compreender qualquer ação governamental direcionada para o público jovem nos dias atuais passa indiscutivelmente pela análise do processo histórico de construção da Política Nacional de Juventude (PNJ) amplamente debatida e defendida pelos grupos jovens organizados no país.

Ao discutir políticas públicas para juventude não se pode deixar de lado a dimensão do mercado de trabalho e suas características excludentes para jovens, uma vez que o acesso destes às oportunidades de inserção no mundo do trabalho tem limitações e sofre influências de natureza étnicas, etária, de gêneros, geográfica e condição econômica.

O entendimento da dinâmica das políticas públicas desenvolvidas para a juventude, em especial aquelas específicas para formação profissional e inserção no mundo do trabalho, tornam-se relevantes na agenda pública atual, uma vez que por meio delas é possível a intervenção do poder público na implementação de ações que compreendam a juventude em sua integralidade.

Buscando corroborar para a compreensão do tema o presente estudo teve como objetivo geral identificar as políticas públicas de trabalho e juventude, onde o processo de construção dos dados abordou a análise das categorias: juventude, trabalho e políticas públicas, lançado um olhar sobre o Projeto Primeiro Passo desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) no âmbito do município de Fortaleza-Ceará, identificando a partir do estudo de natureza qualitativa o perfil e os indicadores de inserção de jovens atendidos pelo referido Projeto no município de Fortaleza durante os anos de 2012 e 2013.

No Capítulo I foi realizado por meio da revisão de literatura um estudo sobre o conceito de juventude e a compreensão da singularidade que é esta fase da vida humana, e o reconhecimento da diversidade da juventude, portanto a utilização do termo juventudes, como melhor forma de expressar esta compreensão. Para tanto se recorreu a documentos oficiais que fazem parte do arcabouço teórico que trata do tema, a exemplo dos Relatórios da

Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como as publicações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada a Secretaria-Geral da Presidência da República.

A compreensão do processo de exclusão da juventude apontou para o fato de que este segmento necessita de um olhar diferenciado na elaboração e execução de políticas públicas, uma vez que historicamente foram expostos a situação de vulnerabilidade social, refletindo assim negativamente no processo de inserção no mundo do trabalho.

Do ponto de vista político, constatou-se o significado que teve no âmbito Federal a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) ambos criados no ano de 2005, enquanto no que se refere a legalidade das ações o marco referencial foi a aprovação do Estatuto da Juventude no ano de 2013.

A revisão de literatura permitiu ainda a compreensão do mundo do trabalho e sua relação com a juventude, à identificação dos elementos que dificultam o acesso do jovem ao mercado de trabalho, o impacto da globalização na economia e as nas novas exigências do mercado de trabalho no Brasil, a flexibilização da mão de obra e suas consequências, assim como a retórica da Teoria do Capital Humano que passou a defender o investimento na formação pessoal como atributo para o ingresso e permanência no mundo do trabalho.

Por outro lado, baseado em dados estatísticos apurados por meio de pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi possível traçar um perfil da juventude e suas vulnerabilidades frente às novas exigências do mundo do trabalho.

No Capítulo II se apresenta a metodologia utilizada para o alcance do trabalho, onde a pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e quantitativa, subsidiando o estudo empírico por meio da análise documental e pesquisa bibliográfica sobre o objeto de nosso estudo.

O Capítulo III apresenta a caracterização do Projeto Primeiro Passo, seus objetivos, metas, área de atuação, fonte de financiamento, investimento orçamentário em sua execução, e o embasamento legal que garante a o desenvolvimento de programas de aprendizagem, com objetivo de subsidiar a análise lançou-se mãos das diretrizes regulamentares de execução do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz, instrumentais de controle,

de acompanhamento e demais documentos disponibilizados pela STDS e que são utilizados para suporte ao Projeto.

O Capítulo IV traz a interpretação e análise das informações disponibilizadas pela STDS, que possibilitou identificar o público atendido, suas características em relação a gênero, idade, escolaridade e renda, o nível de satisfação e o nível de conhecimento no que se refere as questões que envolve o mundo do trabalho.

A pesquisa realizada nos leva a compreensão das categorias estudadas, apontando para o fato de que as políticas públicas de juventude vêm se fortalecendo ao longo dos últimos anos, sendo ainda um desafio sua constituição enquanto política de estado e não ação de governo. No que se refere a implementação de políticas públicas de trabalho para a juventude, apesar dos avanços, ainda existe um grande desafio a ser superado, uma vez que a exclusão do jovem do mundo do trabalho tem cor, sexo e escolaridade.

O estudo exploratório do Projeto Primeiro Passo corrobora para o entendimento apontado na revisão de literatura, onde a juventude se apresenta extremamente vulnerável as novas exigências do mercado de trabalho, necessitando, portanto de ações específicas e direcionadas para este grupo etário, como forma de assegurar-lhes o acesso a geração de emprego e renda, conforme constatado por Silva, (2009, p.111) “o Projeto Primeiro Passo proporciona ganhos sociais, isso porque, mediante suas ações, foi possível despertar muita esperança nos jovens de que por meio da qualificação e da experiência, consigam sair da ociosidade.”

Por fim, os resultados do estudo foram suficientes para que se constatasse a relevância do Projeto Primeiro Passo no que concerne a seus objetivos iniciais, a qualificação profissional de jovens e sua inserção no mundo do trabalho, contribuindo assim para a redução das desigualdades entre a juventude cearense.

2 REVISÃO DA LITRATURA

Inicialmente a revisão de literatura subsidiou a compreensão da categoria juventude, definindo o que é ser jovem, o perfil do adolescente, seus anseios e sua constituição enquanto sujeito, para tanto buscaremos em (BOURDIEU; 1983, PIMENTA; 2007, ESTEVES e ABRAMOVAY,2007; VICENTE e MARTINS,2011), o referencial teórico base de nosso estudo.

O arcabouço teórico contou ainda com documentos oficiais do Governo Federal que trata da implementação das políticas públicas desenvolvidas no Brasil durante a primeira década de 2000, (BRASIL, 2013) suas diretrizes e consequentes avanços, na constituição de uma efetiva política de Estado que represente as diversas juventudes, cujos reflexos sejam a implementação de fato e de direito de políticas públicas capazes de responder as múltiplas ansiedades deste importante segmento populacional.

Para o entendimento destas questões que envolve as práticas da gestão pública na condução das ações governamentais voltadas para a juventude no Brasil na última década, contou-se ainda com documentos da (ONU, IPEA, MDS, IPECE, IBGE, DIESSE e OIT), e a contribuição de (ANDRADE e SILVA, 2009; CLEMENTINO e CORDEIRO, 2012; BRASIL, 2013).

No decorrer do desenvolvimento do capítulo, faremos uma análise dos processos de inclusão de jovens no mercado de trabalho (FRIGOTO, 1993; POCHMANN, 2007; SOARES, 2007), suas dificuldades de acesso frente ao mundo globalizado (NERES e SOUZA, 2008; LEON, 2009; UCHOA e MENEZES, 2013), fato que exige o desenvolvimento de políticas específicas para a juventude e seu relacionamento com o mercado de trabalho, dado elevado nível de desemprego juvenil apresentado no Brasil. (ANDRADE e CASTRO, 2013).

2.1 Juventude ou Juventudes em busca da identidade

Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos.

Já a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define juventude como período entre 15 e 29 anos.

No Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em vigor desde 1990, estabelece a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos, ficando um vácuo no que se refere a categoria juventude.

Em 5 de agosto de 2013, depois de um longo processo de discussão no Parlamento Brasileiro e no meio dos grupos juvenis organizados, foi aprovada a Lei nº 12.852 que instituiu o Estatuto da Juventude que considera como jovens as pessoas com idade entre 15(quinze) e 29(vinte e nove) anos de idade.

Para Bourdieu (1983, p. 113),

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotados de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 1983, p.113).

Ainda segundo o autor, “as classificações por idade (más também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar.” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Do ponto de vista sociológico para Pimenta (2007, p.71), “a delimitação das fases da vida e a diferença entre as gerações assumem importância quando observamos que a transição de um grau etário para outro significa uma mudança de estatuto perante o grupo.”

Ainda segunda a autora:

Assumir um novo estatuto significa não apenas passar a ter *direito* a um conjunto de privilégios, mas também assumir novos deveres e obrigações, assim como demonstrar aptidão para exercer determinadas atividades. É nesse sentido que a maioridade jurídica torna legítima a prática de atividades como consumir bebidas alcoólicas ou frequentar casas noturnas, ao mesmo tempo em que considera o indivíduo plenamente responsável por seus atos e, portanto, passível de sofrer determinadas sanções no caso de infringir a lei. (PIMENTA, 2007, p.71).

Precisamos ter clareza que ser jovem não é somente uma definição biológica, antes de qualquer coisa refere-se há um tempo vivido, a um momento da vida humana que se relaciona com transformações, mudanças físicas e biológicas que também são acompanhadas por mudanças comportamentais. “Ao compartilharem a mesma situação histórica, diferentes faixas etárias podem sofrer os efeitos de condições ou eventos particulares a determinada época.” (PIMENTA, 2007, p.71).

Esteves e Abramovay (2009, p.27), relatam que “existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multi-culturais e que, de certa forma, são globalizados.”

Para Esteves e Abramovay(2009, p.23),

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEES; ABRAMOVAY, 2009, p.23).

“Portanto não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si.” (ESTEVEES; ABRAMOVAY, 2009, p.27).

Neste contexto, os autores Esteves e Abramovay, (*apud* Margullis, Urresti, 1996, p.25),

Atentam que o conceito de juventude, do mesmo modo que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas inerentes a toda e qualquer produção social. (ESTEVEES; ABRAMOVAY, 2009, p. 24).

Enquanto isso, Vicente e Martins (2011, p. 60), afirmam que:

Ao situar a juventude em suas múltiplas dimensões, é necessária ir além do critério de delimitação da idade; é preciso identificar os elementos sociais e ideológicos que caracterizam esta fase na sociedade contemporânea, já que este é um momento importante na formação da identidade.

Para os autores Clementino e Cordeiro (2009, p.26),

Observa-se que há uma ampla e diversificada percepção na sociedade sobre a juventude. O Senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados, principalmente pela grande mídia, à violência e aos desvios de conduta. (CLEMENTINO; CORDEIRO, 2009, p.26).

Ainda segundo os autores, Clementino, Cordeiro (2009, p.26):

Continua sendo um desafio para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens, reconhecer a diversidade da juventude, e pronunciar juventudes, no plural, para que a partir dessa melhor compreensão,

possam-se construir políticas de Estado, as atuais políticas de governo para o público juvenil. (CLEMENTINO; CORDEIRO, 2009, p.26).

Portanto, não podemos considerar a existência somente de um tipo de juventude, o que se identifica é a presença de grupos juvenis constituídos de forma heterogênea, que ocupam espaços diferentes na vida social e política, que enfrentam desafios e conquistas sócias inerentes há seu tempo. Suas lutas tem haver com o espaço que o jovem ocupa como sujeito de direito, e envolve velhas e novas reivindicações, étnica, gênero, educação, trabalho e participação.

2.2 Panorama da Política Nacional de Juventude: Breve histórico

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o ano de 2010, como o ano Internacional da Juventude, o objetivo desta iniciativa foi trazer para a pauta governamental e da sociedade civil a discussão sobre as questões contemporâneas que assolam o dia a dia do jovem, em qualquer nação do mundo, discutir e pensar políticas públicas para a juventude é promover o progresso e o desenvolvimento para as gerações futuras.

Considerando o sistema federativo brasileiro, os ministérios, em geral, têm por finalidade planejar, implementar a macro política direcionada ao conjunto dos Estados, em cada área temática específica das políticas públicas

Assim, as políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude são pensadas pelo Governo Federal, a partir de Organismos e Programas Governamentais Nacionais de Juventude, cabendo a Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) o direcionamento da Política Nacional a ser implementada por Estados e Municípios.

Estabelecemos como marco referencial do ponto de vista cronológico a segunda metade dos anos 2000, como sendo o momento de maior efervescência quando se trata da implementação de políticas públicas específicas para a juventude no Brasil, relacionamos alguns fatos que marcaram a Política Nacional de Juventude desde a sua criação, em 2005.

Segundo Clementino, Cordeiro (2012, p. 22), “Vale destacar que todos os Países da América Latina, com exceção do Brasil e Honduras, já contavam, em 2003, com organismos governamentais para tratar das questões juvenis.”

Conforme, documento Políticas Públicas de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), (BRASIL, 2013, p.5):

No Brasil, as demandas juvenis entraram apenas recentemente na agenda das políticas públicas. Ganham força a partir de 2005, com a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ), o que nos permitiu registrar, em quase uma década, avanços importantes, como o aumento do número de jovens no ensino superior, a retirada de milhões deles das condições de miséria e pobreza e a criação de mecanismos de participação social, a exemplo dos Conselhos e Conferências Nacionais. (BRASIL, 2013, p.5).

No ano de 2005, foram criados o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) conjuntamente com a Secretaria Nacional de Juventude, surgindo também a partir da movimentação dos grupos juvenis organizados, um ensaio inicial do que seria a Política Nacional de Juventude.

Para Clementino e Cordeiro (2012, p.22) “A Secretaria Nacional Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco a política juvenil.”

Neste mesmo ano foi Criado o Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM), o Programa foi estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, contemplando os jovens de 15 a 29 anos que não tinham ensino fundamental, estavam fora da escola e do mercado de trabalho. O Programa era direcionado somente para as Capitais e Regiões Metropolitanas, previa além da escolarização a profissionalização dos jovens, podiam participar jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental, mas que tivessem cursado até a 4ª série. Além disso, os alunos não podiam ter emprego formal, com carteira assinada.

No entanto, ainda havia um desafio a vencer, que era a integração das diversas ações promovidas pelo Governo Federal e com ressonância direta junto a Estados e Municípios, assim, em 2007, o Governo Federal lança o PROJOVEM Integrado, que surgiu da união dos seis programas que na época atendiam à juventude: o próprio PROJOVEM (da Secretaria Nacional de Juventude); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego).

Com a integração, algumas mudanças foram implementadas nos respectivos programas, a exemplo da faixa etária dos beneficiários, que passou de 15 a 24 anos para a faixa de 15 a 29 anos. Além disso, no O PROJOVEM integrado unificou-se o auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100 (cem reais), passou a contar com quatro modalidades:

Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente e a gestão do programa passou a ser compartilhada pelos Ministérios responsáveis pelas respectivas modalidades, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude.

“É importante destacar que pela primeira vez na história do Brasil, um programa específico de juventude, no caso o PROJOVEM, cotou no Plano Plurianual do Governo Federal.” (CLEMENTINO; CORDEIRO, 2012, p.24).

No ano de 2008 a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude realizam em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Juventude. Na conferência foram discutidos os mais diversos temas de interesse das juventudes presentes, englobando participação política, jovens no campo e na cidade, políticas públicas para juventude, diversidade, cultura, esporte e lazer, educação, acesso a mercado de trabalho, dentre outros. Estes temas foram agrupados em 22 prioridades da Política Nacional de Juventude, estas diretrizes subsidiaram ainda o 1º Pacto pela Juventude lançando no mesmo ano, estas ações foram implementadas em nível federal, estadual e municipal e tinham como objetivo sensibilizar governantes e candidatos, estimulando-os a assinar um documento, comprometendo-se com o fortalecimento das políticas públicas de juventude.

Em 2010 um fato importante para o fortalecimento de uma política pública de estado para a juventude foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, após tramitar sete anos no Congresso Nacional, foi aprovada em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

Também em 2010, o CONJUVE realizou a segunda edição do Pacto pela Juventude. No caso do Ceará o Governador reeleito Cid Gomes (PSB), os Senadores Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT), e o Deputado André Figueiredo (PDT) ambos eleitos foram signatários do 2º Pacto pela Juventude.

No ano de 2011 foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ampliando ainda mais o debate com a juventude sobre o tema, a Conferência reuniu em Brasília entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2011, 3 mil delegados. Neste mesmo ano a Câmara Federal aprova o Estatuto da Juventude.

Após quase dez anos de tramitação e de muita mobilização social o Congresso Nacional aprovou no mês de julho de 2013, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), que em seguida foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 5 de agosto do mesmo ano, no entanto somente entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014, após 180 dias de sua publicação no Diário Oficial da União.

2.2.1 Juventude e Políticas Públicas no Brasil

Conforme dados da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que já demonstraram determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país.

No entanto a formulação de políticas públicas para juventude, chega de forma tardia, somente a partir do ano de 2005, começa a fazer parte da agenda política Nacional, com a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ).

O tema envolve diversos atores, que vão desde representantes de organismos Internacionais, a exemplo do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), passando pelo Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Juventude, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, Conselho Nacional de Juventude, Conselhos Estaduais e Municipais e representantes do terceiro setor que atuam nas questões de Direitos da Juventude (ONGs, OSCIPs, Observatórios, movimentos, etc.).

Estes atores são essenciais para assegurar o desenvolvimento de uma política pública efetiva não somente de concessão de direitos mas que assegurem aos jovens brasileiros, sua condição de sujeitos históricos, atuantes, com participação direta na condução das políticas públicas para a juventude implementadas no Brasil.

Sobre o tema Andrade, Silva (2009, p.68), afirmam:

Considerando a curta trajetória do Brasil no campo de políticas públicas específicas para a juventude, admite-se que o país vem avançando a passos largos, apesar da dificuldade de se implementar políticas integradas e de se assegurar a construção de políticas a partir de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo. (ANDRADE; SILVA, 2009, p. 68).

Embasado no estudo das diretrizes da Política Nacional de Juventude, constantes do site da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) do Governo Federal, destacamos duas dimensões dentro do arranjo institucional criado a partir de 2005 no âmbito do Governo Federal, a dimensão institucional e a dimensão Legal, que tem como objetivo assegurar a construção de uma política pública específica para a juventude que ofereça continuidade e esteja legalmente amparada.

A Dimensão Institucional

A parceria entre o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude foi fundamental para reforçar outra importante dimensão da política juvenil, que é a dimensão institucional. Graças ao trabalho conjunto, os organismos de juventude – secretarias, subsecretarias, conselhos e coordenadorias – se multiplicaram no país e hoje já estão presentes em cerca de mil municípios e 25 estados. Também foram criados os Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram fortalecer ainda mais a política juvenil. (BRASIL, 2013, p.3).

A Dimensão Legal

Uma outra dimensão, tão fundamental quanto as outras, é a constituição de um marco legal, que vai permitir ao Brasil consolidar sua política juvenil como uma política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país. (BRASIL, 2013, p.4).

Outro importante mecanismo para assegurar a efetiva construção de uma Política Pública para Juventude é o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis. Ao definir como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o Estatuto contempla hoje cerca de 51 milhões¹ de brasileiros.

Conforme, a SNJ, no documento intitulado Políticas Públicas de Juventude (BRASIL, 2013, p.5):

Apesar dessas conquistas o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental. (BRASIL, 2013, p.5).

Ainda segundo a SNJ, (BRASIL, 2013, p.8):

O reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada

¹ Dados do Censo 2010 do IBGE.

pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social. (BRASIL, 2013, p.8).

Como consequência do desenvolvimento destas políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude, se observa o fortalecimento de um novo papel a ser desempenhado pelos jovens, se estabelecendo o protagonismo juvenil, o encorajamento da participação ativa e cidadã da juventude nos processos decisórios em especial nas políticas públicas direcionadas para sua faixa etária, assim como o seu reconhecimento como sujeito de direito.

2.3 Juventude e os desafios do mundo globalizado

De início, cumpre destacar que o processo de desenvolvimento social buscado pelo Brasil a partir da década de 80, segundo FERRAREZI (1997, p.102) tem sido condicionado ao sucesso da política de estabilização do governo, sendo certo que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Como advento da globalização surge no Brasil o desenvolvimento de uma nova mentalidade, inicialmente no setor privado e posteriormente no setor público objetivando um aumento da competitividade, com foco na maior eficiência e na elevação dos padrões de qualidade.

Com o fortalecimento da ideologia neoliberal no cenário mundial, a partir da década de 1990, novos modelos de organização da produção são implantados em diversos setores da economia. Neste contexto, surgem novas formas de flexibilização dos contratos de trabalho que enseja a precarização das condições de trabalho.

Para Neres e Souza, (2008, p. 5),

No contexto da reestruturação produtiva, o mercado passa a demandar maior flexibilidade tanto de salários pagos quanto à autonomia para contratar e dispensar trabalhadores e demanda, ao mesmo tempo, um a mão-de-obra mais qualificada o que no caso das novas habilidades requeridas significa uma mão-de-obra mais escolarizada. (NERES; SOUZA, 2008, p. 5)

Portanto, a flexibilização do mercado de trabalho, possibilita a contratação da força de trabalho com menor garantia de direitos, contribuindo para uma crescente crise de emprego, onde os países que seguiram este modelo passaram a apresentar, altíssimos índices de desemprego, elevadas taxas de rotatividade de mão-de-obra e aprofundamento das desigualdades sociais já existentes.

Em síntese o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego. (POCHMANN, 2007, p. 76).

A consolidação das profundas transformações pelas quais vem passando a economia brasileira mostram-se, em geral, desfavoráveis à evolução do emprego, atingindo particularmente os jovens. Nesse contexto, os jovens em idade legal de trabalhar tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho em meio ao elevado excedente de mão-de-obra e a perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares.

O acesso dos jovens às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho tem suas limitações, verificando-se padrões de inserção diferenciados em função da idade, sexo, condição econômica da família, bem como escolarização e formação profissional. Segundo Uchoa e Menezes (2013, p.129) “Empregabilidade e rendimentos mais elevados acontecem em virtude da maior capacitação e integração dos agentes envolvidos no processo econômico.”

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2013 cerca de 73 milhões de jovens no mundo enfrentaram o desemprego, ao mesmo tempo que o ingresso precário e antecipado desses jovens está cada vez mais longe de uma transição para o trabalho decente.

Conforme explicita Leon, (2009, p.272):

Os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção. No entanto – e paradoxalmente –, são também considerados como um dos segmentos com melhor qualificação média e grande flexibilidade para adaptarem-se ao surgimento de novas oportunidades. Portanto, podem ser considerados como um grupo potencialmente mais preparado a uma inserção positiva no mundo do trabalho e a uma interação sustentável nos processos de desenvolvimento. (LEON, 2009, p.272).

Assim, as diretrizes e os programas para à inserção ocupacional e formação profissional dos jovens devem levar em consideração as desigualdades de oportunidades segundo atributos pessoais e socioeconômicos deste segmento da população.

Certamente, com a economia globalizada e com as frequentes inovações tecnológicas, não podemos falar em trabalho sem antes ocorrer um forte investimento em educação e formação profissional, seja nos níveis de formação inicial e continuada, seja em níveis técnicos e tecnológicos.

Sabe-se, entretanto, que a educação profissional por si só não gera ocupação, mas sem dúvida alguma pode aumentar as oportunidades de trabalho, de acordo com o parecer CNE/CEB nº 16/99 do Ministério da Educação, não se concebe, atualmente educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade (BRASIL, 2005, p.22).

No entanto não podemos desprezar a importância do acesso dos jovens aos sistemas educacionais do País, visando também sua formação profissional, para que assim possa responder as novas exigências do mercado de trabalho. Neste sentido Uchoa, Menezes (2013, p.128) nos lembra que a melhoria na qualidade da educação básica, “Trata-se de um ponto de partida muito importante para dispor de uma mão de obra mais qualificada, permitindo acompanhar os desafios que a realidade econômica atual vem impondo aos trabalhadores de modo geral e aos jovens em particular.”

Uchoa e Menezes (2013, p. 129), afirma que:

Com efeito, a formação profissional deve estar voltada às exigências do próprio mercado de trabalho, de maneira que uma percepção das necessidades das empresas, e mesmo do setor público, é sempre importante para que se possa adequar o sentido da formação de uma oferta de trabalho com as exigências requeridas pelo lado da demanda. (UCHOA; MENEZES, 2013, p.129).

Portanto, para os autores Uchoa e Menezes (2013, p. 128):

Uma boa educação básica se traduz na formação de um capital humano com largo espectro de atuação, capaz de acompanhar as mutações técnicas e organizacionais que o mundo econômico vem conhecendo nessas duas últimas décadas, além de permitir as condições iniciais em termos de capacidade de abstração, entendimento e operacionalidade, para que as pessoas se voltem, em momento oportuno, às formações mais específicas. (UCHOA; MENEZES, 2013, p.128)

Podemos concluir então que, Capital Humano Está relacionado ao conhecimento, expertise, poder de inovação e habilidade dos empregados, além dos valores, cultura e a filosofia da entidade, ou seja, os benefícios que podem ser proporcionados pelos indivíduos às organizações.

A teoria do capital humano ganhou força a partir da década de 60 em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

Conforme Carvalho e Souza (1999, p.2), “O Capital Humano é a capacidade, conhecimento, habilidade, criatividade e experiências individuais dos empregados e gerente transformando em produtos e serviços que são o motivo pelo qual os clientes procuram a empresa e não o concorrente.” Logo este capital, nas organizações, é, em muitos casos, mais importante que os capitais físicos, sendo fator primordial para o sucesso das organizações.

No campo educacional a Teoria do Capital Humano vincula-se a necessidade de um sistema educacional eficiente, tecnicista e que é entendido como investimento no cidadão para sua melhor posição no mercado de trabalho.

Frigoto (1993, p.121) defende que:

No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se à toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Nesse aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação para essa visão se reduz a um fator de produção. (FRIGOTO, 1993, p.121).

Nesse sentido, a Educação Profissional tem se constituído a partir da concepção da teoria do capital humano na sua dimensão formadora de trabalhadores que devem estar aptos para a inserção no modelo capitalista de produção.

De acordo com Soares (2007, p.02),

Inspirada na Teoria do Capital Humano, a educação no neoliberalismo passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos Projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capi-

tal, enquanto melhoria da qualificação da mão-de-obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade. Neste enfoque, o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica. (SOARES, 2007, p.02).

De um lado, a melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações (adquiridas por treinamento) muitas vezes de proporções crescentes da população e maior acumulação de conhecimento (sejam científicos, gerenciais, artísticos, etc.) são reconhecidos como fatores importantíssimos para o crescimento econômico; de outro, a alteração da distribuição de capital humano parece ser o método preferido politicamente para a eliminação, tanto da pobreza quanto dos grandes diferenciais de renda entre diferentes classes sociais.

Considerando a possibilidade de que o investimento em conhecimento, habilidades e competências possibilitam uma ascensão salarial para os trabalhadores, será preciso no entanto que ocorra um forte investimento por parte do Estado em educação, oportunizando desta forma que a classe trabalhadora possa vir a ter acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, do contrário se estará criando um fosso ainda maior entre os que produzem as riquezas e os donos dos meios de produção.

2.4 Juventude(s) e acesso ao mercado de trabalho

Vimos até aqui que ao longo da década de 2000, em especial a partir do ano de 2005, com as primeiras iniciativas pela criação de uma Política Nacional de Juventude, as políticas públicas específicas para juventude receberam reforço em sua implementação, buscando assim responder afirmativamente para atender os anseios da juventude.

Para Leon, (2009, p.272), “As questões do trabalho e da renda da juventude refletem o difícil processo de inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho,” Já segundo Uchoa e Menezes, (2013, p.105) “A questão do trabalho juvenil é muito complexo na medida em que envolve fatores sociais e econômicos, além de individuais e familiares.” este segmento da população apresenta maior vulnerabilidade frente a crise mundial.

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (DIEESE/MTE, 2010), ao longo da década de 2000 ampliou-se a razão entre a taxa de desempre-

go para os jovens e para os adultos, que passou de 2,2 vezes em 1999 para 2,7 vezes em 2009.

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho está diretamente ligada a condição social do jovem, conforme dados da Pesquisa Juventude, Juventudes: o que une e o que separa, realizada pela Unesco em 2004, enquanto jovens das classes D/E que procuram trabalhar entre um ano e meio e três anos representam 22,7%, entre os jovens das classes A/B somente 11,2% dos jovens deste extrato social ficam entre um ano e meio e três anos em busca por trabalho.

Ainda conforme a Pesquisa, destacamos que estas desigualdades também se apresentam de forma regional quando comparados os jovens que estão em procura de trabalho no Brasil, 27,1% (1.763.322) dos jovens da Região Nordeste estão procurando trabalho entre um ano e meio e três anos, enquanto que na Região Sul, apenas 3,4% (90.808) dos jovens estão procurando trabalho a mais de três anos.

Conforme indica Leon, (2009, p.278), “A porcentagem de jovens que procuram trabalho é maior entre os jovens de 18 a 20 anos, 54%, principalmente se compararmos aos jovens entre 27 e 29 anos, 39,8%. Entre os jovens de 21 a 23 anos essa porcentagem é igual a 50,3%.”

Conforme observa Uchoa e Menezes (2013, p. 105):

A inserção do jovem no mercado de trabalho tem se caracterizado como importante problemática no plano internacional. Por isso mesmo essa inserção vem se constituindo em um campo de preocupação especial para organismos governamentais e não governamentais. Esse tipo de trabalho enfrenta inúmeras dificuldades, pois se trata de uma mão de obra ainda sem as condições de qualificação e informação exigidas pelo mercado de trabalho, que cada vez mais requisita formação densas em conhecimento. (UCHOA; MENEZES, 2013.p.105).

Leon, (2009, p.305), apresenta ainda quais os meios que os jovens utilizam para encontrar trabalho conforme a juventude pesquisada:

Em relação ao meio usado para encontrar o atual ou último trabalho, quase a metade dos jovens, 49,7% (19.663.258), conseguiu encontrar o atual ou último trabalho por meio de amigos ou conhecidos e 30,6% (12.133.233) conseguiram por meio de familiares. Os números apontam para a relevância da utilização da rede pessoal dos jovens para encontrar trabalho, variando por idade, classe, região de moradia, grau de instrução e tipo de município. (LEON, 2009, p.305).

Segundo Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho(OIT), divulgada em 2013, o desemprego juvenil no grupo etário entre 15 e 24 anos, atingiu 7,8 milhões de

jovens latino-americanos somente no ano de 2011. Este número equivale a 13,9% do total da força de trabalho nesta faixa etária, o que representa o dobro da taxa geral e o triplo da dos adultos. Se considerados os jovens empregados, a pesquisa demonstra que 27 milhões trabalham na informalidade e 21,8 milhões dos jovens latino americanos não estudam nem trabalham, fazendo parte da chamada geração “nem, nem”, ou seja, não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não se dedicam a tarefas domésticas, o que, para a OIT, é um indício de exclusão social. No Brasil este número representa 19%.

O relatório da OIT destaca ainda a gravidade da situação das mulheres jovens, entre as quais a taxa de desemprego alcança 17,7%. Entre os homens jovens, os desempregados são 11,4%.

Analisando a realidade de Fortaleza, conforme dados do Censo Demográfico 2010, no que diz respeito à taxa de desemprego, 13,8% dos jovens que vivem em Fortaleza estavam desempregados segundo os dados censitários. A taxa é menor entre os que possuem de 25 a 29 anos (8,3%) e maior entre os que possuem de 15 a 19 anos (26,1%).

Conforme dados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: juventude (DIEESE, 2011), a taxa de desemprego juvenil em Fortaleza e sua Região Metropolitana no ano de 2010 foi de 16,7%, em relação a gênero destes 19,6% são mulheres e 14,1% são homens, já em relação à cor/raça² a taxa de desemprego para os negros é de 17,2%, enquanto para os não negros corresponde a 15,6%.

Ainda conforme o Anuário, analisados a situação de trabalho e estudo do grupo etário entre 16 e 29 anos no ano de 2010, Fortaleza e sua Região Metropolitana apresenta taxa de 15,7% para os jovens que só estudam, 14,6% para aqueles que estuda, trabalha e/ou procura trabalho, enquanto 54,4% só trabalham e/ou procura trabalho, 7,5% cuida apenas dos afazeres domésticos, enquanto 7,8% estão em outras situações não especificada na pesquisa.

Portanto observa-se que a exclusão do jovem do mundo do trabalho, tem cor, sexo e escolaridade, exigindo assim por parte das autoridades competentes um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas de geração de emprego e renda pensada para este grupo etário.

Segundo Uchoa, e Menezes (2013, p. 127):

² a) Negros = pretos e pardos; b) Não-negros = brancos e amarelos

O segmento do mercado de trabalho do jovem sofre as mais diversas influências: a pobreza aumenta a incidência do trabalho juvenil; as novas tecnologias elevam o desemprego, uma vez que exigem uma maior e diferenciada qualificação para o trabalhador, característica incomum entre os jovens, até mesmo porque ainda são jovens. (UCHOA; MENEZES, 2013.p.127).

Corroborando com esse pensamento, Santos (2013, p.81) afirma que:

As novas configurações tecnológicas, organizacionais e relacionais produziram, desse modo, impactos não somente na dinâmica do modo de produção, mas também diretamente, no trabalho, e na educação: exigir-se-ia, de forma generalizada, ao trabalhador, mais treinamento, maior escolaridade, novos tributos, habilidades e competências. (SANTOS, 2013, p.81).

Inegavelmente a literatura aponta para a confirmação de nossa hipótese inicial, o fato de que a inserção de jovens no mercado de trabalho tem se apresentado como o grande desafio a ser superado pelas políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude.

Para Uchoa, Menezes (2013, p. 129) “A especificidade do jovem surge no instante em que ele contempla a possibilidade de adentrar no mercado de trabalho, exatamente no momento em que ele tem mais condições de adquirir uma melhor capacitação profissional.”

Ainda conforme os autores Uchoa, Menezes (2013, p.129):

Com o objetivo de agilizar o funcionamento do mercado de trabalho juvenil, necessário se faz incentivar a formação de postos de trabalho específicos voltados a essa faixa etária, de maneira a permitir que os jovens continuem frequentando as escolas e ampliando seus conhecimentos gerais e de formação. Esse tipo de política deve visar à diminuição da taxa de desemprego para essas pessoas, bem como reduzir o tempo de desemprego ao qual passam estar submetidas, sem que isso signifique retirar os jovens inteiramente das escolas. (UCHOA; MENEZES, 2013.p.129).

Andrade, Castro (2013, p. 160), nos chama atenção para o fato de que,

No que tange à inserção no mercado de trabalho, as oportunidades ocupacionais dos jovens continuam a ser escassas, independentemente da elevação de sua escolaridade. Ademais, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. (ANDRADE; CASTRO, 2013, p.160).

O estudo bibliográfico nos apresenta um cenário em que a inserção de jovens no mercado de trabalho, se torna um elemento desafiador em sua trajetória de vida, não basta apenas o acesso a programas de formação profissional, o desenvolvimento de uma

política pública de educação, embora que seja assegurada a qualidade necessária e as condições de acesso, por si só não garantem a inserção produtiva dos jovens, se não ocorrer investimentos, criação de novos postos de trabalho, e o desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego e renda que estimulem e promovam a participação deste segmento no mundo do trabalho.

De acordo com Andrade e Castro (2013, p.163) “Outro aspecto que evidencia o quando ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho é o elevado percentual de desemprego juvenil: 12,1% em 2011, representando 61% do total de desempregados no País.”

Portanto, atribuir ao jovem, conforme a teoria do capital humano sugere, a responsabilidade pelo investimento em sua formação, como forma dele se tornar competitivo e com maiores chances de empregabilidade, não será suficiente para superação deste problema, pelo contrário, terá caráter prejudicial à juventude que passa a ser jogada a sorte e responsabilizada pela incapacidade dos governos em implementar uma política pública ativa de geração de emprego e renda.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgados através do Relatório Mundial da Juventude (ONU, 2013):

Na sequência da crise econômica, a taxa de desemprego global de juventude atingiu seu recorde histórico em 2009, quando cerca de 75,8 milhões de jovens ficaram desempregados. Nas desacelerações econômicas, jovens são muitas vezes os últimos contratados e os primeiros demitidos. Em 2010, a taxa de desemprego global de jovens era 12,6%, muito maior do que a taxa de desemprego mundial adulto de 4,8%. (ONU, 2013).

Não se pode, portanto, deixar a margem desta discussão o modelo econômico adotado pelo país, as crises cíclicas do capitalismo, e suas consequências junto a juventude, são crescentes as desigualdades para este segmento da população, é grande o número de jovens que permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos.

2.4.1 Juventude exclusão e acesso ao mercado de trabalho: O caso do Ceará

Segundo o Relatório Mundial da Juventude (ONU, 2013), “Hoje, cerca de 152 milhões de trabalhadores jovens são de famílias que estão abaixo da linha da pobreza (vivem com menos de 1,25 dólares por dia), compreendendo 24% dos trabalhadores pobres do mundo.”

O Estado do Ceará conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), no ano de 2012 possuía cerca de 746 mil pessoas na condição de extrema pobreza, tendo ocorrido uma redução de 15,8% frente aos 886 mil habitantes extremamente pobres registrados no ano de 2011.

A população jovem do Ceará chega a 1.665.238 jovens, ou seja, 19,70% da população cearense. Destes, 827 mil (49,96%) ocupa alguma atividade vinculada ao setor produtivo gerador de renda, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletado através da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), do ano de 2012.

Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um status de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal.

Verifica-se, também, esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais – uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Pessoas mais jovens se colocam em situações adversas de trabalho por motivos geralmente ligados à necessidade de sustento, tempo livre, falta de experiência antecedente, baixa escolaridade e potencial físico para o trabalho manual.

Outros dados que demonstram a problemática de precarização das colocações de jovens no mercado de trabalho são apresentados pelo Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Segundo a pesquisa, 54,2 % do total de jovens assalariados no Ceará exercem seu trabalho sem ter a carteira de trabalho assinada em regime informal de contratação.

Considerando a capacidade de inserção produtiva pelo nível de escolaridade do sujeito, verifica-se a deficiência do Ceará quando a média de anos de estudo para a população jovem, que é de 8,6 anos, inferior à média, por exemplo, do estado de São Paulo, que é de 10,4 anos de estudo.

A negligência quanto à educação básica também se faz presente quando 54,4% da população jovem cearense apenas trabalham ou procuram trabalho, sem exercer nenhuma atividade de estudo.

Tendo em vista a evidente relação entre o nível de escolaridade e oportunidades de inserção no mercado de trabalho (no Brasil atualmente 62,5% dos empregos formais estão ocupados por indivíduos com, no mínimo, o Ensino Médio), surge a necessidade de Projetos de educação profissional voltados para o público jovem.

Porém é possível vislumbrar uma política que procura integrar sequencialmente o incentivo à conclusão do ensino médio – oferecendo auxílio financeiro às famílias de baixa renda – com programas de aprendizagem profissional que combinam formação técnica e experiência de trabalho. (GONZALEZ, 2009, p.127)

Já em Fortaleza, município onde se concentra a maioria das políticas públicas para a juventude, se considerados os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Censo Demográfico realizado em 2010, a população jovem entre 15 a 29 anos de idade chega a 718.613 pessoas, representando portanto, 29,3% da população fortalezense e 28,8% do total de jovens do estado do Ceará.

Olhando para a juventude como um grupo que historicamente vem sendo marginalizado pela ausência de políticas públicas de proteção a seu desenvolvimento educacional e profissional, há de se entender que o acesso da juventude as políticas públicas de emprego, trabalho e renda não podem ser vistas como uma concessão aos jovens mais vulnerabilizados e que necessitam delas somente para superação de seu estado de vulnerabilidade social. “Porém é imprescindível que estas políticas não se consolidem simplesmente como instrumento de prevenção da criminalidade entre jovens de classes populares.” (GONZALEZ, 2009, p. 127).

Para as autoras Labrea e Lobaró (2013, p.34), “A pobreza e a exclusão social dela decorrente são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não vive plenamente sua cidadania, e um desses fatores é a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho.”

A juventude cearense se constitui como um dos segmentos mais desfavorecidos pelo crescimento dos problemas socioeconômicos do País, tais como concentração de

renda, educação de baixa qualidade, desemprego, baixos salários, entre outros.

Assim, caberão as políticas públicas de juventude o desafio de construir uma agenda de oportunidades que possa dar conta dos anseios e necessidades de uma juventude que cada vez mais, busca por oportunidades e políticas concretas de inclusão.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009, p.25):

Vale registrar que, embora muitos jovens entrem no mercado de trabalho por necessidade ou por precariedade econômica e social de suas famílias, há, também, aqueles que, por desejo de autonomia, independência financeira, crescimento pessoal ou outras razões de cunho subjetivo, entram no mundo do trabalho de forma voluntária. Também parece ser crescente entre os jovens a percepção de que a experiência no mundo do trabalho faz parte da equação de construção da trajetória ocupacional. O importante é que a necessidade de trabalhar não seja, para os jovens de baixa renda, um impeditivo para o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, assim como não implique em condições precárias de trabalho. (OIT, 2009, p.25).

A intervenção do Estado através do desenvolvimento de estratégias de inclusão social deverá ser por meio de “políticas estruturais que se baseiam em medidas que aumentem os ativos efetivos das populações pobres, dando-lhes capacidade de geração permanente de renda.” (BRASIL, 2006, p. 17), políticas estas que reduzam a expulsão dos jovens do sistema educacional e orientadas para o incremento das oportunidades de emprego.

Ainda conforme a OIT (2009, p.25):

É fundamental reconhecer que os jovens são sujeitos de direitos e deveres e portadores de necessidades legítimas. Por esta razão, o fortalecimento dos grupos de jovens como espaços privilegiados de construção da identidade juvenil representa papel central ante os vazios decorrentes da inadequação das instituições e políticas tradicionais de atendimento das demandas da juventude. (OIT, 2009, p.25)

Em todas as situações descritas, os diversos autores pesquisados apontam para uma enorme zona de exclusão ainda existente quando se trata do acesso da juventude as oportunidades de emprego e renda, escolarização, combate à violência.

Ou seja, o jovem acaba refletindo no mercado de trabalho todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites de sua pobreza e condição sócio cultural.

3 METODOLOGIA

Neste Capítulo tratar-se-á dos procedimentos metodológicos adotados para entendimento de nosso objeto de estudo, para nortear o estudo elegemos as categorias: juventude, trabalho e políticas públicas, pois compreendemos que a exploração da literatura que se refere as mesmas, nos indica um caminho para compreender a atual situação do jovem no mundo do trabalho.

Considerando as múltiplas questões que envolvem juventude, trabalho e políticas públicas optou-se pela pesquisa qualitativa a ser aplicada em nosso estudo de caso: Um olhar sobre o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará, desenvolvido em Fortaleza.

O estudo empírico vem acompanhado da exploração do arcabouço teórico que trata das categorias em estudo, além da análise documental dos documentos de referência apresentados pela STDS. “Este tipo de pesquisa, consiste no exame de materiais de natureza diversa e que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados mediante interpretações complementares.” (GODOY, 1995, p. 24).

O trabalho foi organizado em revisão da literatura, metodologia, caracterização do objeto de estudo e apresentação e discussão dos resultados.

Inicialmente se contou com a pesquisa bibliográfica de documentos oficiais que fazem parte do arcabouço teórico que trata do tema, a exemplo dos Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como as publicações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Dando continuidade ao estudo, o referencial bibliográfico utilizado foi composto por autores reconhecidamente com publicação na área de interesse, sendo ainda lançado mão das pesquisas de análise do perfil da juventude e realidade do mercado de trabalho jovem no Brasil e no Ceará, contribuindo assim para melhor compreensão das categorias analisadas.

Foram ainda explorados dados estatísticos apurados por meio de pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por fim, através do estudo exploratório de abordagem qualitativa, foi realizada à análise documental sobre o objeto de nosso estudo (ficha de inscrição dos jovens, contratos de aprendizagens, documentos de acompanhamento e avaliação de cursos) contando ainda com entrevista, e legislação que disciplina a aprendizagem.

Considerando que “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.” (GODOY, 1995, p. 25). Optamos pela adoção do mesmo como escopo de nossa pesquisa.

Para o desenvolvimento do estudo empírico se optou conforme já dito anteriormente pela pesquisa qualitativa, uma vez que de acordo com a concepção de Minayo (1994, p. 14):

a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum. (MINAYO, 1994, p.14).

Segundo Godoy (1995, p.21) “A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Gil (1999, p. 19) explica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.”

Para FERNANDES; GOMES (2003, p.13)

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo, para não correr o risco de se pesquisar um tema que já foi amplamente pesquisado. (FERNANDES; GOMES, 2003, p.13).

Silva e Grigolo (2002, p.36), ao analisarem as características da pesquisa documental apontam que “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise profunda.”

“A pesquisa documental apresenta a vantagem de que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados e sobrevivem ao longo do tempo e é uma importante fonte de dados em pesquisa histórica, além de apresentarem um baixo custo.” (FERNANDES; GOMES, 2003, p.16-17).

Gil (1999, p.23), apresenta diferenciação entre a pesquisa documental e

bibliográfica, destacando como principal diferença entre esses dois tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas.

A pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo, já a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1999, p. 23),

Destarte, considera-se para efeito de nosso estudo empírico a aplicação da pesquisa qualitativa com enfoque bibliográfica e documental. Sendo que a pesquisa bibliografia se concentrou na literatura disponível que trata do assunto e a análise documental se deu a partir dos instrumentais de acesso, Ficha de Inscrição, controle e acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará no âmbito do Projeto Primeiro Passo, nosso objeto de estudo.

Para efeito de análise, levaremos em consideração as ações desenvolvidas pelo Projeto Primeiro Passo em sua linha de ação Jovem aprendiz no município de Fortaleza, executado por meio do convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a entidade Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ)³ durante o ano de 2012/2013, será considerado o curso de Assistente Administrativo que neste período atendeu a 1.000 jovens.

Nossa amostra foi de 254 alunos, a partir da definição da amostra, foram selecionadas 254 fichas cadastrais de jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, estas fichas subsidiaram a análise do perfil do público atendido e a situação dos egressos do projeto.

Já a pesquisa documental e bibliográfica se deu em função de nosso propósito de conhecimento das políticas públicas de trabalho e juventude e dos resultados alcançados através do Projeto Primeiro Passo no que se refere a inserção de jovens no mercado de trabalho em Fortaleza. Para o aprofundamento da investigação contou-se ainda com estudo de outros documentos de avaliação e relatórios de execução e cumprimento de objeto produzido pela coordenação do Projeto Primeiro Passo e realização de entrevista com a coordenação do Projeto Primeiro Passo.

³ A partir do 2º Semestre do ano de 2013, a instituição Centro Comunitário Santa Maria conveniada para execução das ações de aprendizagem em fortaleza, realizou mudança em sua razão social, passando a chamar-se Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ).

4 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PRIMEIRO PASSO

Neste capítulo trataremos do reconhecimento institucional do Projeto Primeiro Passo, suas diretrizes de funcionamento, caracterização do público atendido, fontes de financiamento, metas de atendimento, definição de linhas de ação e sua vinculação ao Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará (PPA 2012-2015).

4.1 Caracterização institucional

O Projeto Primeiro Passo, desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Governo do Estado do Ceará, está vinculado a Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda desta setorial, atende a jovens de 16 a 24 anos, matriculados e egressos do ensino médio em escolas pública e com renda per capita familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, é financiado com Recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

O Projeto Primeiro Passo tem como objetivo a inclusão social e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, associado à oferta de qualificação profissional nas modalidades de formação inicial e continuada com as oportunidades de geração de emprego e renda, seja por meio do ingresso no mercado de trabalho formal, seja pela via de outras alternativas geradoras de renda.

O Projeto atende as diretrizes da atual gestão no que se refere a prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial aquela parcela da população jovem mais vulnerável do estado, é executado de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional. E sua execução contribui para o alcance dos resultados estratégicos de Governo: Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades e os Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere a Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda, previstas no PPA 2012-2015.

As atividades propostas no Projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Economia para uma vida melhor, através do Programa multisetorial – 021: Promoção da Juventude, tendo como Objetivo 08: Qualificar e requalificar trabalhadores, visando a sua inser-

ção ou reinserção no mercado de trabalho, que traz como Metas: 00905 - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores e 01304 - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho, e Iniciativa: 01985 - Qualificação e requalificação de trabalhadores - Primeiro Passo.

O Projeto é financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), tendo no período de 2007-2014, ocorrido investimentos na ordem de R\$ 58.175.031,25, e sido beneficiado em torno de 48 mil jovens, nas linhas de ação, estagiário, bolsista e Aprendiz. A área de abrangência do Projeto é Fortaleza e Região Metropolitana(RMF), assim como o interior do estado, atendendo assim as 8 macro regiões administrativas do estado do Ceará.

Do valor total de recursos aplicados 58,37% foram investidos especificamente na linha de ação jovem aprendiz, o que representa o atendimento de 17.500 jovens na linha de ação aprendiz, deste total 8.239 foram atendidos em Fortaleza.

Tabela 1 – Valor Aplicação Global FECOP: Projeto Primeiro Passo (2007-2014)

| Fonte de Financiamento | Valor 2007-2010 | Valor 2011 (A) | Valor 2012 (B) | Valor 2013 (C) | Valor 2014 (D) | Valor 2011-2014 (A+B+C+D) | Valor Total |
|------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|---------------|
| (10) FECOP | 25.391.576,33 | 7.994.250,00 | 8.154.607,11 | 8.134.597,81 | 8.500.000,00 | 32.783.454,92 | 58.175.031,25 |
| VALOR TOTAL | 25.391.576,33 | 7.994.250,00 | 8.154.607,11 | 8.134.597,81 | 8.500.000,00 | 32.783.454,92 | |

FONTE:STDS/SEPLAG-Governo do Estado do Ceará.

Tabela Organizada pelo autor.

O Governo do Estado do Ceará tem fortalecido as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Primeiro Passo, com um crescente aporte de recurso o que tem variado em torno de 4,5% ao ano, contribuindo assim para que o projeto se apresente como um diferencial no atendimento a população jovem do estado, em especial aqueles com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Primeiro Passo, busca em sua metodologia desenvolver estratégias inovadoras que gerem impacto na superação da pobreza e desigualdade, a partir do potencial identificado, conciliando modernidade com inclusão social.

Dentre estas estratégias destaca-se o desenvolvimento do capital humano como forma de ampliar as oportunidades de trabalho, para o cumprimento de seus objetivos o Projeto distribuiu suas atividades em 3 linhas de ação diferentes, buscando assim atender as mais diversas características de seu público alvo, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Projeto Primeiro Passo: Tipo de Atendimento por linhas de ação

| LINHA DE AÇÃO | CARACTERÍSTICA DO PÚBLICO | DEFINIÇÃO DA AÇÃO |
|-------------------------|---|---|
| Jovem Aprendiz | Jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos, cursando o 3º ano ou concludentes do ensino médio em escolas públicas. | <p>Oferta de formação inicial e continuada em programas de aprendizagem com oferta de cursos nas áreas de auxiliar administrativo, alimentador de linha de produção, agente operacional de turismo, auxiliar de serviço de alimentação, auxiliar de logística, cobrador e costureiro industrial.</p> <p>A carga horária total é de 1.280 horas, sendo 400 horas de formação teórica concomitante com 880 horas de prática nas empresas por meio de contrato de aprendizagem, a carga horária é dividida em 8 horas semanais de teoria com 20 horas de prática na empresa, os contratos de aprendizagem são de 12(doze) meses, a remuneração média é de R\$ 475,00 reais/mês paga pelas empresas.</p> <p>Os jovens recebem do Projeto, além da formação, fardamento, lanche e material didático. Os contratos de aprendizagem são regidos pela Lei da Aprendizagem – Lei nº 10.097/2000.</p> |
| Jovem Estagiário | Destinado a jovens de 16 a 21 anos, cursando o 1º e 2º anos do ensino médio de escolas públicas. | <p>Os jovens passam por um processo de seleção, com participação em oficinas de orientação para o trabalho e em seguida são encaminhados para contrato de estágio conforme estabelece a Lei Federal 11.728/2008(Lei do Estágio).</p> <p>O vínculo empregatício ocorre por meio de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e tem duração de 12 meses, a carga horária diária de trabalho é de 4(quatro) horas trabalhadas.</p> <p>Não existe qualificação profissional durante o período de estágio, no entanto os jovens são acompanhados pela equipe de supervisão do Projeto.</p> <p>O jovem é encaminhado para empresas públicas e privadas e recebe ainda fardamento com identificação do Projeto a ser usado durante as atividades laborais.</p> |

| | | |
|------------------------------|---|--|
| <p>Jovem Bolsista</p> | <p>Atende a jovens de 16 a 29 anos, estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental, e alunos da EJA modalidade (EJA III, IV e V).</p> | <p>Nesta linha de ação não ocorre inserção no mercado de trabalho, durante o curso, é desenvolvido apenas a oferta de qualificação profissional em cursos de formação inicial e continuada (FIC) que são definidos de acordo com o potencial econômico do local em que está sendo realizado.</p> <p>A carga horária do curso é de 256 horas de atividades, distribuídas em 100 horas de formação específica e 156 horas de formação básica, que inclui noções de cidadania, direitos humanos, protagonismo juvenil e conhecimento do mundo do trabalho.</p> <p>Os jovens tem direito a uma bolsa capacitação paga pelo Governo do Estado no valor de R\$ 100,00(cem reais) mês durante o período de realização do curso que é de 4 (quatro) meses.</p> <p>Os benefícios para os jovens além da bolsa capacitação incluem ainda: Fardamento, lanche, material didático.</p> |
|------------------------------|---|--|

Fonte: STDS – Tabela elaborada pelos autores.

A escolha do Projeto Primeiro Passo enquanto objeto de estudo se deve ao fato do mesmo se apresentar como política de continuidade durante a gestão do Governador Cid Gomes (2006/2010 e 2011-2014), além do que se destaca como uma das mais importantes ações do Governo do Estado direcionada especificamente para a juventude no âmbito do estado do Ceará. Para efeito de nosso estudo o objeto de análise será a linha de ação jovem aprendiz que ocorre em Fortaleza.

Para execução das ações do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz em sua versão 2012 e 2013 foi realizado processo de chamada pública para credenciamento e formalização de convênios com instituições devidamente credenciada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Nacional de Aprendizagem, na oferta de cursos de aprendizagem, foram selecionados quatro instituições executoras para atendimento de 2.500 jovens por meio da realização de 100 turmas do programa em todo o Ceará.

O Centro Comunitário Santa Maria (CCSM) foi selecionado para oferta de 1.000 vagas em 40 turmas a serem realizadas em Fortaleza, o Instituto de Educação Portal (IEP) conveniou execução de 20 turmas, beneficiando 500 jovens na Região Metropolitana de Fortaleza, o Instituto Centro Tecnológico (CENTEC) firmou convênio para execução de

20 turmas e atendimento a 500 jovens nas Macro Regiões Litoral Leste/Jaguaribe, Sertão Central e Centro Sul/Cariri, já o Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte de Sobral (SENAT-Sobral) firmou convênio para execução de 20 turmas, atendimento a 500 jovens nas regiões Norte, Sobral/Ibiapaba e parte da Região Metropolitana de Fortaleza.

Observa-se a concentração das ações do Projeto em Fortaleza e sua região metropolitana, que conforme informações da coordenadora do Projeto Sr. Simone Veras, este fato ocorre, tendo em vista que;

É em Fortaleza e Região Metropolitana onde se concentra o maior número de empresas com perfil para contratação de aprendizes, conseqüentemente se destina uma maior parte das vagas para esta região, como forma de um melhor aproveitamento das vagas. Além de Fortaleza e RMF outra região que se destaca na oferta de vagas é Sobral/Ibiapaba, impulsionada pelo município de Sobral e Região Centro Sul/Cariri, com destaque para o município de Juazeiro. Além de Aracati na Região Litoral Leste/Jaguaribe. (MEDEIROS, SIMONE VERAS, Coordenadora do Projeto Primeiro Passo, mar. 2014).

4.2 Fundamentação legal

O Projeto Primeiro Passo em sua linha de ação Aprendiz (foco de nosso estudo empírico) foi pensando em consonância com a legislação vigente, encontra na Lei nº 10.097/2000, no Decreto nº 5.598/2005 e no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA seu amparo legal, essa legislação é clara e precisa no que tange a aprendizagem, segundo definição do ECA em seu artigo 62, a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases legais da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem.

O Decreto Federal nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional, o limite fixado não se aplica, de forma obrigatória, no caso das micro e pequenas empresas e das entidades sem fins lucrativos e que tenha por objetivo a educação profissional. As empresas públicas e as sociedades de economia mista também estão obrigadas a contratar aprendizes portanto a contratação de aprendiz por parte das empresas é uma obrigação legal.

Conforme explicitado no Manual da Aprendizagem editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal, (BRASIL, 2009, p.11).

Aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto

para as empresas, pois prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite à empresas formarem mão-de-obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. (BRASIL, 2009, p.11).

Um dos focos de nossa investigação, é o fato de que o desenvolvimento das atividades de qualificação profissional no Projeto Primeiro Passo, através da linha de ação aprendiz, apresenta um incontestável potencial de inclusão por meio do trabalho, dada as possibilidades concretas de absorção dos jovens pelas empresas que tem obrigação legal de contratar esses jovens na condição de aprendizes, assegurando aos mesmos garantias trabalhistas através de contrato formal de trabalho, conforme estabelece a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, Lei 10.097, Artigo 428)

No âmbito da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação na profissão para a qual está se capacitando. Deve cursar a escola regular (se ainda não concluiu o Ensino Médio) e estar matriculado e frequentando instituição de ensino técnico profissional empresa.

De acordo com o Manual da Aprendizagem editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a formação profissional deverá ocorrer em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas, no caso do Projeto Primeiro Passo, o processo de formação profissional ocorre através de parceria com entidades não governamentais, contratadas especificamente para esse fim através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que mantém convênio com as empresas privadas para inserção dos jovens no mercado de trabalho na condição de aprendizes.

O Projeto Primeiro Passo ao estabelecer dentre suas linhas de ação, o atendimento por meio de aprendizagem, fazendo um link de suas ações de qualificação profissional com o cumprimento da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), demonstra está em sintonia com as oportunidades geradoras de renda no estado do Ceará por meio da inserção do jovem no mercado de trabalho formal.

Analisados os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados por meio do Boletim da Aprendizagem Profissional (MTE, 2013) referente ao período de janeiro a novembro do ano de 2013, observa-se que o Ceará se apresenta em 3º lugar no Brasil quando se trata da inclusão de Aprendizes no mercado de trabalho, tendo neste ano admitido 12.567 jovens, no entanto o potencial de contratação para o estado, é de 33.150 vagas para o ano de 2013, tendo sido ocupadas apenas 37,91% do potencial de contratação para o estado.

Os dados apontam para o fato de que o estado do Ceará apresenta um enorme potencial de contratação de jovens aprendizes, cabendo portanto, por meio dos governos locais, um maior incentivo para captação destas vagas junto as empresas, como também no que se refere as oportunidades de qualificação profissional para que os jovens se apresentem competitivos no momento de buscarem uma vaga no mercado de trabalho.

Importante ainda lembra da importância da fiscalização por parte da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará (SRTE-CE) no acompanhamento junto as empresas para que as cotas de aprendizagem venham efetivamente a serem cumpridas conforme a determinação legal.

A de se considerar que a intervenção do Estado através do desenvolvimento de estratégias de inclusão social deverá ocorrer por meio de “políticas estruturais que se baseiam em medidas que aumentem os ativos efetivos das populações pobres, dando-lhe capacidade de geração permanente de renda.” (BRASIL, 2006, p.17).

Importante ressaltar que nesta perspectiva o Projeto Primeiro Passo desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento social tem se mostrado preocupado na inclusão das populações jovens em situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho local.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo se fará uma análise dos dados coletados através das fontes de evidências que subsidiaram nosso estudo, a bibliografia base do referencial teórico estará ligada ao tema de interesse da investigação: identificar as políticas públicas de trabalho e juventude, por meio de um olhar sobre o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza-Ceará no período compreendido entre os anos de 2012/2013.

A apresentação e discussão dos resultados buscará fundamentar os resultados encontrados com o desenvolvimento do estudo empírico no sentido de alcançarmos os objetivos propostos inicialmente de identificar as políticas públicas de trabalho e juventude, e de que maneira o Projeto Primeiro Passo tem contribuído para a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho em Fortaleza-Ceará.

Lançaremos inicialmente nosso olhar sobre o perfil do público atendido com o Projeto, sua caracterização e relação com o que a literatura nos apresentou como sendo aqueles segmentos de maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Em seguida a partir do público atendido, nosso olhar estará centrado no jovem egresso do Projeto, identificando o nível de aproveitamento dos mesmos pelo mercado de trabalho, seu nível de conhecimento do mundo do trabalho, e qual o diferencial apresentado no momento de buscar uma nova vaga no competitivo mercado de trabalho, uma vez que para SOUSA e OLIVEIRA (2013, p.99) “Com o excedente de mão de obra, entretanto, os adolescentes e os jovens encontram as piores e mais perversas condições de competição em relação aos adultos.”

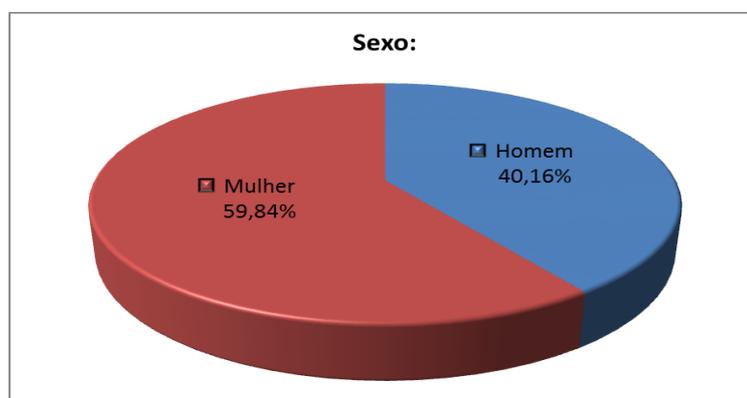
A inserção do egresso dos cursos de aprendizagem no mercado de trabalho com vínculo empregatício é um importante indicador de eficiência do Projeto Primeiro Passo, pois sinaliza para o potencial que iniciativas como estas tem contribuído para o ingresso de jovens no mercado de trabalho formal.

5.1 Perfil do público atendido

Conforme os dados obtidos a partir das Fichas de Cadastro dos jovens beneficiados com o Projeto Primeiro Passo, e demais documentos disponibilizados pela Coordenação do Projeto constata-se que as mulheres são atendidas em maioria pelo Projeto.

A análise mais aprofundada do gráfico 01 nos permite concluir que o Projeto vem priorizando o atendimento ao sexo feminino, contribuindo para diminuição das desigualdades de gênero quando se trata da inserção das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que indiscutivelmente podemos afirmar que o fato de ser mulher é um complicador na hora de se conseguir uma vaga no mercado de trabalho, mesmo com a emancipação econômica, social e política das mulheres o mercado de trabalho ainda tem se mostrado resistente a algumas situações em especial aquelas que envolvem salários e oportunidades de ascensão funcional.

Gráfico 01 – Público atendido conforme o sexo:



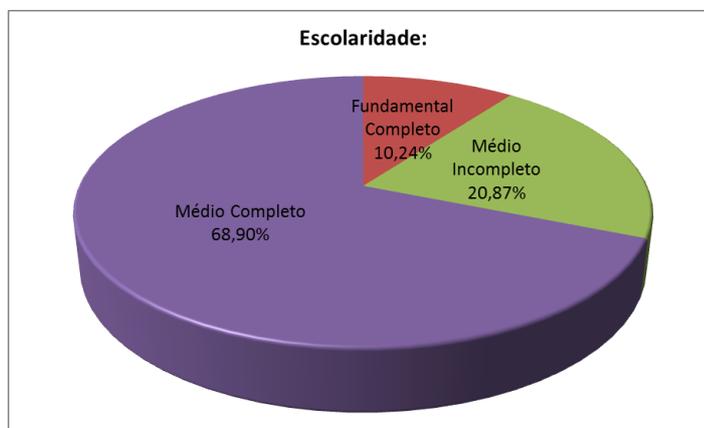
Fonte: STDS – Cadastro do Aluno

Quando analisados as informações dos beneficiários do Projeto em relação à cor/raça, predomina a tendência de que jovens negros têm menos oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Nosso estudo empírico demonstrou claramente que a juventude negra no Brasil está exposta a inúmeras vulnerabilidades sociais que ao longo dos tempos vem limitando seu acesso a oportunidades de inserção social, seja por meio educacional, seja através do ingresso no mundo do trabalho.

Portanto o Projeto Primeiro Passo demonstra que as políticas públicas desenvolvidas para a juventude ainda caminha de forma tímida quando se trata de atender aqueles segmentos com maior vulnerabilidade, neste caso a juventude negra que necessita

de um olhar diferenciado no momento da formulação destas políticas para que assim possam ter acesso a direitos historicamente negados.

Gráfico 02 – Público atendido conforme cor/raça:



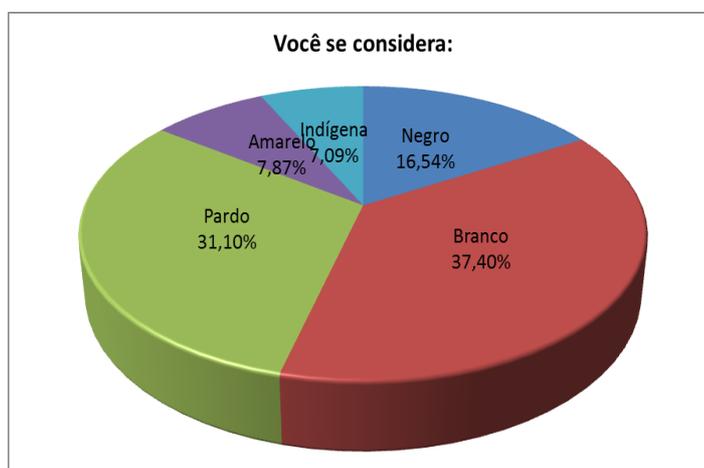
Fonte: STDS – Cadastro do Aluno

Analisadas as Fichas de Cadastro dos jovens, quanto ao item Escolaridade, observa-se a predominância dos alunos egressos do Ensino Médio.

A análise nos permite constatar a hipótese de que este dado reflete as exigências das empresas por cada vez mais jovens com maior escolaridade, conforme já explorado por (FRIGOTO,1993; UCHOA, SOARES,2007 e MENEZES, 2013;) em nossa revisão da literatura (Capítulo I).

Os dados Corroboram ainda para o pensamento de Uchoa, Menezes (2013, p. 128), conforme já citado em nossa revisão da literatura que afirmam “Uma boa educação básica se traduz na formação de um capital humano com largo espectro de atuação.”

Gráfico 03 – Público atendido conforme Escolaridade:



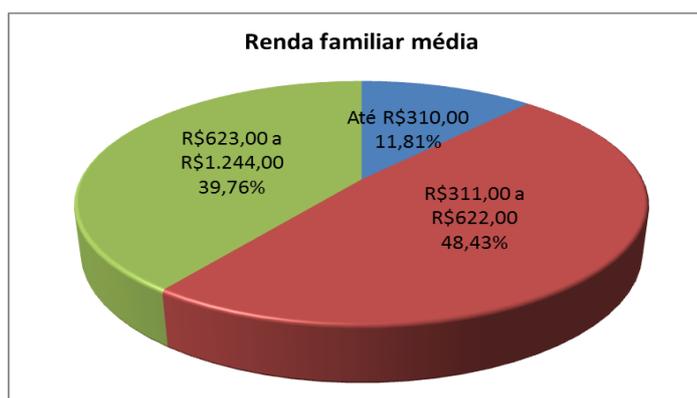
Fonte: STDS – Cadastro do Aluno

Quanto à renda da família, 48,23% dos jovens são pertencentes a famílias que se encontram em uma faixa de renda familiar que varia entre meio e um salário mínimo nacional⁴, enquanto que 11,81% recebem menos que meio salário mínimo e 39,76% atingem a faixa de um até um salário e meio.

Conforme Pochmann (2002, p.87) “atualmente 35% da população brasileira tem uma garantia de renda que não depende do mercado de trabalho, como rendimentos de previdência, do Programa Bolsa Família ou de outros instrumentos.”

Considerando ainda que o Projeto Primeiro Passo tem como público prioritário de suas ações famílias consideradas de baixa renda, o conhecimento da renda média familiar permitiu detectar que o Projeto vem atendendo seu público dentro do perfil estabelecido quando considerado a renda familiar.

Gráfico 04 – Renda média da família do beneficiário:



Fonte: STDS – Cadastro do Aluno

Foi ainda de interesse de nossa investigação saber por meio dos documentos de Cadastro dos jovens, qual a participação da família em programas de transferência de renda do Governo Federal, nomeadamente o Programa Bolsa Família. Desta maneira foi possível identificar se o público que vem sendo atendido pelo Projeto Primeiro Passo corresponde ao priorizado pelo FECOP, fundo financiador do Projeto e que tem como objetivo a redução da pobreza no estado.

Ademais a análise deste indicador nos permite ter uma noção da relação entre pobreza e acesso aos programas governamentais de transferência de renda e de que maneira estes estão alcançando seus objetivos, no que se refere à implementação de políticas públicas de complementares de superação da pobreza que não somente a transferência de

⁴ Considerado para efeitos de cálculo o valor do Salário Mínimo Nacional (SM) do ano de matrícula do jovem, ou seja, o SM de R\$ R\$ 622,00 em vigência a partir de 01.01.2012, instituído pelo Decreto nº 7.655/2011.

renda, mas também a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho.

Os dados apontam que o Projeto Primeiro Passo, vem cumprindo com um de seus pilares de sustentação no que se refere o combate à Pobreza no estado, ou seja, o atendimento as famílias de maior vulnerabilidade social, justificando, portanto seu financiamento pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Gráfico 05 – Participação da Família no Programa Bolsa Família:



Fonte: STDS – Cadastro do Aluno

O estudo contribui ainda para desmistificar o sofismo de que pessoas oriundas do Programa Bolsa Família “não tem interesse em trabalhar”, haja vista que em sua grande maioria os jovens atendidos pelo Projeto fazem partes de famílias que pertencem a este programa de Transferência de Renda do Governo Federal.

Os resultados encontrados nos gráficos 01 a 05, constituídos a partir da análise das Fichas Cadastrais dos jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, confirmam que “a taxa de participação dos jovens é influenciada pela dinâmica demográfica, associada a união de fatores econômicos, sociais e culturais da localidade.” (BRAGA, 2011, p.51).

Os dados analisados apontam para o fato do Projeto Primeiro Passo está caracterizado pelo atendimento aos grupos mais vulneráveis socialmente da juventude, haja vista o perfil traçado dos jovens beneficiados, se caracterizado em sua grande maioria por aqueles segmentos excluídos do mercado de trabalho, jovens, mulheres, negros, conforme já constatado em nossa revisão de literatura.

5.2 A perspectiva do egresso

A oferta de qualificação profissional por si só não garante ao jovem sua permanência e acesso ao mercado de trabalho, a partir do acompanhamento do egresso do Projeto Primeiro Passo foi possível identificar as condições de empregabilidade que os jovens enfrentam após sua experiência enquanto aprendizes, no entanto é necessário também um olhar mais amplo sobre as condições do mercado de trabalho local, pois este é determinante para que a juventude possa se inserir de forma descente no mundo do trabalho.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF), houve redução da taxa de participação da população de 16 a 29 anos, de 68,7% para 67,6% da população em idade ativa da mesma faixa etária, nos anos de 2009 e 2012, ou seja, de cada dez jovens sete estavam presente no mercado de trabalho local, quer na condição de ocupado ou desempregado, totalizando 670 mil indivíduos, dos quais, 561 mil ocupados e, aproximadamente, 109 mil desempregados, em 2012, sem dúvida alguma iniciativas como a do Projeto Primeiro Passo vem contribuindo para esta mudança de cenário.

Conforme os dados obtidos a partir dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos alunos do Projeto Primeiro Passo, constata-se que 22,75% dos jovens atendidos com o Projeto no período 2012/2013, conseguiram inserção no mercado de trabalho formal.

Considerando o entendimento de POCHMANN (2007, p.76) quando afirma que a “vítima do emprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego, procuramos identificar nos documentos de avaliação realizados pelos egressos do Projeto evidências que pudessem comprovar esta hipótese, a questão analisando então foi: nível de aproveitamento da mão de obra do aprendiz na própria empresa em que ele desempenhou o contrato de aprendizagem.

Apurou-se que para cada 100 (cem) contratos de aprendizagem firmados, 14(quatorze) jovens egressos permaneceram na empresa com contrato de trabalho formal (registro em CTPS) após a conclusão de seus contratos de aprendizagem. Configurando-se portanto o fato de que nem sempre o fato do jovem participar de um curso de qualificação e passar pela experiência profissional lhe assegura inserção no mercado de trabalho.

Comparando estes dados com a Avaliação externa realizada pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) no ano de 2013, com base nos dados de 2011/2012,

intitulada de Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos, Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz observa-se que ocorreu um pequeno crescimento quando se trata do percentual de aproveitamento absoluta dos egressos dos cursos na própria empresa onde o jovem desenvolveu seu contrato de aprendizagem, uma vez que segundo os dados da pesquisa em termos absolutos o aproveitamento para o período de 2010/2011 foi de 12 jovens para cada 100 jovens inseridos na condição de aprendiz.

Interessante destacar que os documentos analisados apontam ainda para a indicação de que algo em torno de 6% dos jovens egressos do Projeto conseguem se manter no mercado de trabalho de forma precária, em alguns casos na condição de Empreendedor Individual (EI), em outros sem carteira assinada. Esta constatação corrobora para o entendimento de ANDRADE e COSTA (2013, p.160) que conforme já explicitado em nosso estudo teórico (capítulo I), nos chama a atenção para o fato de que “as oportunidades ocupacionais dos jovens continuam a ser escassas, independentemente da elevação de sua escolaridade.” Portanto, nem sempre a oportunidade de qualificação profissional se traduz na entrada do jovem no mercado de trabalho em condições dignas e descentes, uma vez que a realidade local apresenta um mercado de trabalho desestruturado e com altos índices de desemprego, não chegando a todos que o bate a porta.

Por último é pertinente destacar que os jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, apresentam um diferencial no momento da concorrer a uma vaga no mercado de trabalho formal, uma vez que apresentam qualificação profissional em um curso com carga horária de 400 horas/aulas, que envolve conhecimentos em: informática básica, cidadania, organização e planejamento, trabalho em equipe, meio ambiente e formação específica em auxiliar administrativo, além da experiência profissional mínima de um ano como aprendiz, estas habilidades coloca o jovem egresso do Projeto Primeiro Passo em condições de melhor competir a uma vaga no mercado de trabalho formal, após a conclusão do curso.

6 CONCLUSÃO

A realização deste estudo permitiu que pudéssemos identificar as políticas públicas de trabalho e juventude objetivo apresentado para o mesmo, o estudo empírico ocorreu por meio da realização de pesquisa qualitativa subsidiada pelo arcabouço teórico que envolve as categorias: políticas públicas, juventude e trabalho, contando ainda com a pesquisa documental extraídos a partir de dados brutos coletados nas Fichas de Cadastro dos Alunos, nos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação das Ações de Qualificação Social, desenvolvidos pelo Núcleo de Monitoramento às Ações de Capacitação, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS, que servem como elementos de avaliação das ações desenvolvidas durante os anos de 2012 e 2013 no âmbito do Projeto Primeiro Passo em sua linha de ação jovem aprendiz e que foi foco de nosso estudo de caso.

No decorrer do processo de construção de nossa análise encontramos limitações no que se refere ao acesso de dados referentes às políticas públicas de juventude desenvolvidas no âmbito do estado do Ceará, assim como dados inerentes as condições de acesso de jovens pertencentes ao grupo etário entre 15 e 24 anos ao mercado de trabalho de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Outro fator importante para o estudo seria informações sobre empregabilidade de egressos dos programas de aprendizagem, desenvolvidos por outros entes que não somente o governo do estado do Ceará, não havendo disponibilidade destes dados não foi possível estabelecer um comparativo entre os mesmos e assim mensurar o impacto da ação governamental quando comparada com o que vem sendo desenvolvido pelo Sistema S (SENAC, SENAI, SENAT) e demais Organizações não Governamentais (ONGs) que também executam programas de aprendizagem.

Com tudo, ao focarmos no objetivo geral da pesquisa que foi identificar as políticas públicas de trabalho e juventude encontramos um caminho rico em informações que nos permitiu identificar o avanço das políticas públicas de juventude que vem se consolidado no Brasil a partir da segunda metade dos anos 2000, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Juventude (2005) como marco político e a aprovação do Estatuto Nacional de Juventude (2013) enquanto marco legal.

Por conseguinte o olhar sobre o Projeto Primeiro Passo nos permitiu traçar o

perfil sócio econômico dos jovens beneficiados na linha de ação jovem aprendiz, e assim relacionar a literatura pesquisada com o desenvolvimento prático de uma ação governamental direcionada especificamente para a juventude.

O estudo pretende contribuir ainda para que as ações governamentais possam vir a serem pensadas, enquanto políticas de estado e não como políticas de governo, promovendo desta forma a inclusão da juventude na agenda política do País, de Estados e Municípios, de forma que as políticas setoriais (saúde, educação, trabalho, assistência social) seja executadas de maneira integrada e direcionadas para este importante segmento da população rompendo assim com o processo histórico de falta de oportunidades para a juventude. “Diante desse contexto, é fundamental fortalecer as políticas voltadas à juventude, contemplando tanto as diferentes dimensões da condição juvenil quanto a heterogeneidade que a constitui.” (OIT, 2009, p. 17)

Quando limitamos nosso estudo as questões que envolvem as políticas públicas de trabalho, emprego e renda conclui-se que a exclusão do jovem do mundo do trabalho tem cor, sexo e escolaridade, exigindo assim por parte das autoridades competentes um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas públicas de geração de emprego e renda pensada para a juventude.

A exclusão social, a precária inserção no mercado de trabalho e a falta de uma educação de qualidade e do acesso a um trabalho decente não apenas impedem o pleno exercício dos direitos de cidadania de um grande contingente de jovens brasileiros, como também comprometem sua vida futura. Além disso, constituem um desperdício da potencial contribuição dos jovens ao desenvolvimento do País.

Destacamos ainda que o Projeto Primeiro Passo, e se apresenta como uma significativa estratégia para modificação da condição de vulnerabilidade social da juventude cearense, principalmente do segmento jovem que se encontra em condições de vulnerabilidade social e apresenta como já visto anteriormente maior dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Para os fins deste trabalho consideramos que foi cumprindo o alcance de seus objetivos, permitindo o conhecimento do arcabouço teórico disponível que trata de políticas públicas de trabalho e juventude, os diferentes argumentos de construção do conceito de juventude, a condição juvenil, a presença de políticas públicas de caráter social direcionada para as diversas juventudes, e de que maneira o poder público tem dado resposta às vulnerabilidades da juventude em especial aqueles pertencentes a faixa etária entre 15 e 29 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002: **informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. NBR 10520: 2002: **informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ANDRADE, Carla Coelho de, CASTRO, Jorge Abrahão de. Juventude, **Educação e Trabalho: Avanços e Desafios**. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior (org.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. IDT, UECE, BNB. Fortaleza: 2013, p. 155-168.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **“A juventude é apenas uma palavra”**. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.112–121.

BRAGA, José Carlos. **Financeirização global**. In: TAVARES, Maria Conceição; FIORI, José Luís. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização: Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAGA, Thaiz. **Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: uma década de desigualdades entre os grupos etários**. Bahia Análise & Dados, Salvador: v.21,n.1, jan./mar. 2011.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. **Decreto Federal nº 5.598**, de 01 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. **Decreto Federal nº 5.452**, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 1699. **Educação Profissional e Tecnologia: legislação básica**. Brasília: MEC, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Tecnologia Industrial. **Educação corporativa no contexto industrial, tecnológica e do comércio exterior**. Atividades de Educação Corporativa no Brasil. Belo Horizonte: jun., 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz, 3ª edição. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados – CAGED**. Brasília: 2010. Disponível em: <www.mte.gov.br/legislação>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000**. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/legislação>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

CARVALHO, Ana Cristina Marques de, SOUZA, Leonardo Pellegrino de. **Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões da contradição na literatura e proposta para sua avaliação**. Em: Prespect. Cienc. Inf., Belo Horizonte: v.4, n.1, p.73-83, jan./jun. 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**: tradução de Iraci D. Poleti. 9ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CLEMENTINO, Josbertini Virginio, CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. **Políticas Públicas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção**. In: O público e privado. Fortaleza: UECE, 2013, p.13-28.

Conselho Nacional de Juventude – CONJUV. **Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas**. Brasília: 2006. 2ª edição.

Conselho Nacional de Juventude – CONJUV. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2011**. Brasília: 2011.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: qualificação social e profissional**. 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil, ABRAMOVAY, M. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. In: ANDRADE, Liane Ribeiro, ABRAMOVAY, Miriam, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p.21.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. **Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação**. ConTexto, Porto Alegre: v. 3, n. 4, 1º semestre 2003. ISSN (Impresso): 1676-6016, ISSN (Online): 2175-8751. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11638/6840>>. Acesso em 06 jul.2014.

FERRAREZI, Elisabete. **Estado e setor público não estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais**. 1997. Disponível em <http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/estado_setor.pdf>. Acesso em 18 jan. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA (FCPC). **Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos do Projeto Primeiro Passo Aprendiz**. Fortaleza: Editora Bussola, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> >. Acesso em 06 jul.2014.

GONZALEZ, Roberto. **Políticas de emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é uma saída?** In: ANDRADE, Carla Coelho de, AQUINO, Luseni Maria C. de Aquino, CASTRO, Jorge Abrahão de. (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009, p. 127.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis - RJ. Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2012)**. (SIPD). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2014.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEON. Alessandro Lutfy Ponce de. **Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira**. In: ANDRADE, Liane Ribeiro, ABRAMOVAY, Miriam, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.p.21.

LIBÂNIO, José Carlos. **Reflexividade e Formação de Professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?** In. *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOBATO, Ana Laura, LABREA, Valéria Viana. **Juventude e Trabalho: Contribuição para o Diálogo com as Políticas Públicas**.In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.n.55, Brasília: IPEA: MTE.ago.2013.

MADEIRA, F.R. **Pobreza, Escola e Trabalho**. Perspectiva, n.7. São Paulo: SEADE, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

NERES, Marisa Souza; SOUZA, Marta Rovey. **Flexibilização do mundo do trabalho**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1589.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/tdj>>. Acesso em 12 jun.2014.

_____. **Relatório Trabalho Decente e Juventude na América Latina: Políticas para ação**. Fev.2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-02/desemprego-atinge-quase-8-milhoes-de-jovens-na-america-latina-revela>>. Acesso em: 03 jun.2014.

PIMENTA, Melissa de Matos. **“Ser jovem” e “ser adulto”: identidades, representações e trajetórias**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 09 jun.2014.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. Marcio. **Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90: I**, Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. Marcio. **Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21**. In: MACAMBIRA, Júnior; RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina (org.). **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: IDT, BNB, USP, 2011. p. 127.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Juventudes, Trabalho e Educação: Uma Agenda Pública Recente e Necessária. Por quê?**. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior (org.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. IDT, UECE, BNB. Fortaleza: 2013. p. 73-88.

SEPLAG. Governo do Estado do Ceará. **Plano Plurianual 2012-2015**. Disponível em: <<http://www.seplag.ce.gov.br/PPA>>. Acesso em 08 mar. 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. **A política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades**. In: ANDRADE, Carla Coelho de, AQUINO, Luseni Maria C. de Aquino, CASTRO, Jorge Abrahão de.(org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 43-69.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Liduina Elisabeth Angelim Gomes da. **Trabalho e juventude: uma análise do projeto primeiro passo/CE**. Fortaleza: 2009. 128p. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará. Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2009.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. **As mudanças na educação brasileira no contexto neoliberal e suas implicações no ensino superior**. VIII Congresso Latino americano de Humanidades, 2007, Campos de Goytacazes.

STDS. Governo do Estado do Ceará. **Relatórios de Acompanhamento e Supervisão ano 2012**. Fortaleza: STDS, 2012a.

SOUSA, Antonia de Abreu, OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual**. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior (org.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. IDT, UECE, BNB. Fortaleza: 2013. p.91-104.

_____. Governo do Estado do Ceará. **Cadastro de Jovens Aprendizes ano 2012**. Fortaleza: STDS, 2012b.

_____. Governo do Estado do Ceará. **Relatórios de Acompanhamento e Supervisão ano 2013**. Fortaleza: STDS, 2013a.

_____. Governo do Estado do Ceará. **Cadastro de Jovens Aprendizes ano 2013**, Fortaleza: STDS, 2013b.

UCHOA, Carlos Frederico A., MENEZES, Wilson F. **A inserção do Jovem no mercado de trabalho brasileiro**. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior (org.). Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. IDT, UECE, BNB. Fortaleza: 2013. p.105-132.

VICENTE, Jose, MARTINS, Telma César da Silva. **Experiências do protagonismo da juventude negra na Faculdade Zumbi dos Palmares**. Educação & Linguagem. V. 14. Nº 23/24, p 57-74, jan.-dez. 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil: Juventude, Violência e Cidadania**. Brasília: Edições Futura, UNESCO, 2004a.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004b.

ANEXO – A – Ficha Cadastral do Jovem



**PROJETO PRIMEIRO PASSO- JOVEM APRENDIZ
FICHA DE CADASTRO DO JOVEM**

DADOS PESSOAIS

NOME DO ALUNO

SEXO

ESTADO CIVIL

DATA DE NASCIMENTO

| | | | | |
|------------------------------------|--|--|---|----------------------|
| Masculino <input type="checkbox"/> | 1. Solteiro <input type="checkbox"/> | 2. Casado <input type="checkbox"/> | 3. Viúvo <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> |
| Feminino <input type="checkbox"/> | 4. Separado Judicialmente <input type="checkbox"/> | 5. Divorciado <input type="checkbox"/> | 6. União Estável <input type="checkbox"/> | |

ENDEREÇO

| | | |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| LOGRADOURO (Rua, Avenida, Alameda) | | NÚMERO |
| <input type="text"/> | | <input type="text"/> |
| COMPLEMENTO | BAIRRO | CEP |
| <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| FONE RESIDENCIAL | CELULAR | E-MAIL |
| <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |

DOCUMENTAÇÃO

| | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| IDENTIDADE: | CPF: | NIS: |
| <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |

Nº DA CARTEIRA DE TRABALHO:

Nº DE SÉRIE:

| | |
|----------------------|----------------------|
| <input type="text"/> | <input type="text"/> |
|----------------------|----------------------|

SITUAÇÃO FAMILIAR

Filiação

| |
|------------------------|
| Pai: |
| <input type="text"/> |
| Ocupação do pai/Renda: |
| <input type="text"/> |
| Mãe: |
| <input type="text"/> |
| Ocupação do mãe/Renda: |
| <input type="text"/> |

A FAMÍLIA PARTICIPA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA?

| | |
|------------------------------|--|
| SIM <input type="checkbox"/> | BOLSA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> |
| NÃO <input type="checkbox"/> | OUTRO <input type="checkbox"/> |



PÚBLICO PRIORITÁRIO

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mulheres chefes de Família cadastradas no CadÚnico | <input type="checkbox"/> Jovens de 16 a 24 anos à procura do 1º emprego |
| <input type="checkbox"/> Trabalhadores(as) sem ocupação e desempregados | <input type="checkbox"/> Quilombolas / Afrodescendentes |
| <input type="checkbox"/> Pessoas que trabalham em condição autônoma e por conta própria | <input type="checkbox"/> Índios <input type="checkbox"/> LGBTQ |
| <input type="checkbox"/> Pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> Outro público | |

ESCOLARIDADE

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Sem Escolaridade | <input type="checkbox"/> Alfabetizado | <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Fundamental Completo | <input type="checkbox"/> Médio Incompleto | <input type="checkbox"/> Médio Completo |
| <input type="checkbox"/> Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Superior Completo | |
| <input type="checkbox"/> Especificar _____ | | |

COR/RAÇA:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Branco | <input type="checkbox"/> Indígena |
| <input type="checkbox"/> Negro | <input type="checkbox"/> Oriental |
| <input type="checkbox"/> Pardo | <input type="checkbox"/> Não declarou |

Que Tipo de Atividade o educando Exerce?

Valor da Renda?

Quantas Pessoas tem na Família?

Quantos Trabalham?

Valor da Renda Familiar

Já foi beneficiado por ação de qualificação profissional pela STDS?

- Sim Não

Ação

Local

Período

ASSINATURA DO ALUNO